



326

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

EMB. DECL. NO DESAFORAMENTO: Nº0001884-65.2013.8.17.0000
(0296826-9)
COMARCA: SERRA TALHADA
VARA: VARA CRIMINAL
EMBARGANTE: ALESSANDRO LOPES MENEZES
BARROS
ADVOGADO: PAULO DE SOUZA FLOR JÚNIOR
EMBARGADA: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA
VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.
DESAFORAMENTO DE JULGAMENTO. PROCESSO PENAL.
OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. DECISÃO
UNÂNIME.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver ambigüidade, obscuridade, omissão ou contradição. Tendo a matéria arguida pelo embargante sido efetivamente apreciada, ficando demonstradas as razões do deslocamento da competência do Tribunal do Júri de Parnamirim-PE para uma das Varas do Tribunal do Júri da Capital, em preterição das circunvizinhas, não há que se falar em existência de omissão no aresto lavrado.
2. Embargos rejeitados. Decisão unânime.

ef -



327

**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos **Embargos de Declaração nº. 0001884-65.2013.8.17.0000 (0296826-9)**, no qual figuram como partes as retromencionadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **pela rejeição dos presentes Embargos de Declaração**, nos termos do relatório, votos e ementa constantes das notas taquigráficas anexas, as quais, integram o presente aresto.

Recife, 18.06.2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



328

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

EMB. DECL. NO DESAFORAMENTO: Nº0001884-65.2013.8.17.0000
(0296826-9)
COMARCA: SERRA TALHADA
VARA: VARA CRIMINAL
EMBARGANTE: ALESSANDRO LOPES MENEZES
BARROS
ADVOGADO: PAULO DE SOUZA FLOR JÚNIOR
EMBARGADA: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA
VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos de Declaração interpostos por **Alessandro Lopes Menezes Barros**, em face do acórdão dessa Terceira Câmara Criminal, lavrado no Desaforamento de Julgamento nº: 0001884-65.2013.8.17.0000 (0296826-9), que, à unanimidade de votos, deferiu o pedido para a Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Caruaru/PE, conforme Termo de Julgamento de **fl. 283** dos autos.

Em suas razões de **fls. 302/304** pugna o embargante que sejam acolhidos os presentes aclaratórios para, suprimindo alegada omissão havida no aresto quanto à ausência de fundamentação, justificar o deslocamento do julgamento do réu para a Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Caruaru/PE, sob pena de ser negada vigência à parte final do art. 427¹ do

OK

¹ Art. 427. Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação do juiz competente, poderá determinar o



329

**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal**

CPP, onde consta que as comarcas mais próximas do distrito da culpa têm preferência sobre as demais.

Em seguida, vieram-me os autos conclusos.

É o Relatório.

Recife, 18.06.2014

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator

desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)



330

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

EMB. DECL. NO DESAFORAMENTO: Nº0001884-65.2013.8.17.0000
(0296826-9)
COMARCA: SERRA TALHADA
VARA: VARA CRIMINAL
EMBARGANTE: ALESSANDRO LOPES MENEZES
BARROS
ADVOGADO: PAULO DE SOUZA FLOR JÚNIOR
EMBARGADA: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA
VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

VOTO

Visam os presentes aclaratórios suprir alegada omissão havida no julgado quanto ao deferimento do pedido de desaforamento formulado pelo Ministério Público para a Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Caruaru/PE, ao argumento de que não houve fundamentação concreta acerca da referida escolha, a qual foi feita em preterição às Comarcas circunvizinhas do Sertão de Pernambuco, em afronta ao que dispõe a parte final do art. 427 do CPP.

Às **fls. 286/293**, correspondentes aos votos deste Relator e do desembargador Revisor, o deslocamento do julgamento do réu, ora embargante, para Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Caruaru, restou devidamente fundamentado, embora de modo sucinto, ficando demonstrado que a escolha da Comarca de Caruaru, como Requerido pelo Ministério Público, teve por finalidade assegurar um julgamento isento de pressões, seja por parte do acusado ou de seus familiares, de modo a se chegar a uma decisão justa, diante da existência dos fortes sinais de

CF 3



331

**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal**

influência daqueles, inclusive nas comarcas do sertão, vez que entre elas existe laços estreitos de comunicação e interdependência. Isso se denota à **fl. 288**, *in verbis*:

"Muito embora a parte final do art. 427 do CPP determine que em caso de deferimento do pedido de deslocamento, deve-se preferir as comarcas mais próximas da região, restou devidamente demonstrado nos autos pelo requerente que o réu e seus familiares também poderão exercer influência sobre o Corpo de Jurados das Comarcas mais próximas e havendo pedido da defesa para que o julgamento não seja realizado na Comarca de Salgueiro, também região do sertão pernambucano, forçoso é a remessa dos autos à região do agreste pernambucano, no caso, Caruaru/PE, conforme pretendido pelo Órgão Ministerial, onde não persistem os motivos ensejadores do deslocamento."

Deve-se ressaltar que a necessidade de modificação da competência para Comarca diversa daquela Região, também foi corroborada pelo Juízo Singular em suas informações de **fl. 223**, ao posicionar-se completamente favorável ao pedido formulado pelo *Parquet*.

Ademais, para que haja equilíbrio e segurança na entrega da prestação jurisdicional, denota-se que não será bastante o deslocamento da competência para uma das Comarcas vizinhas, vez que o Requerente demonstrou que o acusado e seus familiares têm atuação e influência nas cidades sertanejas vizinhas, como Afogados da Ingazeira, Salgueiro, Arcoverde e Petrolina, porque há indubitável relação entre essas cidades sertanejas, conquanto o Agreste ou a Região Metropolitana do Estado são isentas de quaisquer influências.

A propósito, assim já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça:

**"HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO.
ART. 424 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DESAFORAMENTO**



33²

**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal**

PARA A CAPITAL. MEDIDA DE EXCEÇÃO. EXISTÊNCIA DE COMARCAS MAIS PRÓXIMAS. IMPARCIALIDADE DO JÚRI EVIDENCIADA. CONSTRANGIMENTO NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

1. A determinação do desaforamento para a Comarca da Capital, não obstante a existência de outras mais próximas ao distrito da culpa, não configura constrangimento ilegal, na medida em que o Tribunal de origem apontou elementos concretos que impossibilitam o julgamento no foro da causa, bem como na região adjacente ao Juízo originário.

2. Não há como desconstituir entendimento das instâncias ordinárias, soberanas no exame dos fatos, sem que haja o revolvimento da matéria fático-probatória, procedimento sabidamente inviável na via estreita do writ.

3. Com efeito, justificada a razão de não se poder realizar o Júri na cidades próximas, a escolha da Capital não afronta o art. 424 do Código de Processo Penal.

4. Habeas corpus denegado."

(HC 99.460/CE, 6ª Turma, Rel. Min. Og Fernandes, DJe de 19/12/2008) (grifos acrescentados)

Logo, não há que se falar em ofensa à Carta Magna (art. 5º, XXXVI e XXXVII, d, e art. 93, IX, da CF), não somente porque a decisão colegiada restou devidamente fundamentada, mas também não houve ofensa à competência do Tribunal do Júri quanto ao crime doloso contra a vida imputado ao acusado, na medida em que houve o deslocamento da competência pelo lugar da infração (art. 70, *caput*², CPP), a qual é devidamente autorizada pela lei processual penal, pelos art. 427 e seguintes.

E, ainda que excepcionalmente, a segunda parte do art. 427, do CPP, autoriza o deslocamento da competência do júri para Comarca

² Art. 70. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

Gf.



333

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

distante, desde que os motivos ensejadores do desaforamento persistam nas Comarcas mais próximas, como é a hipótese dos autos.

Com esses fundamentos, **voto pela rejeição dos aclaratórios**, mantendo-se inalterados os demais termos da respectiva decisão.

Recife, 18. 06. 2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator